

A formação do Pedagogo e a prática educativa como Educador Social de Rua

The formation of the Pedagogue and the educational practice as a Social Street Educator

Karla Cristina Soares Pinheiro
Márcia Cristina Lopes e Silva
Instituto Federal do Pará (IFPA)
Belém-Pará-Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a formação inicial de pedagogo e sua atuação em ambientes não escolares, como Educador Social de Rua na Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), assim como traz reflexões sobre os desafios desses profissionais no cotidiano do trabalho. Tendo como pressupostos teóricos autores Graciani (2001), Freire (1967) e Libâneo (2002), dentre outros que contribuíram para as reflexões aqui apresentadas. Este estudo se caracteriza por uma pesquisa com abordagem qualitativa Godoy (1995). Para coleta de dados utilizou-se a observação participante Marconi e Lakatos (2003) e, a entrevista semiestruturada Gil (2008) realizada com 05 pedagogos que atuam como educadores sociais de rua na FUNPAPA. Dentre os resultados verificou-se que a pedagogia como formação inicial contribuiu na atuação em contextos não escolares como educador, no planejamento de atividades pedagógicas, reflexão de grupos sociais e na validação dos direitos da criança e do adolescente.

Palavras Chave: Pedagogia. Prática Educativa. Educador Social de Rua

Abstract

This article aims to analyze the initial education of a pedagogue and his performance in non-school environments, as a Social Street Educator at the Papa João XXIII Foundation (FUNPAPA), as well as reflecting on the challenges of these professionals in their daily work. Theoretical assumptions are authors Graciani (2001), Freire (1967) and Libâneo (2002), among others who contributed to the reflections presented here. This study is characterized by a research with a qualitative approach Godoy (1995). For data collection, participant observation by Marconi and Lakatos (2003) was used and the semi-structured interview Gil (2008) conducted with 05 educators who work as social street educators at FUNPAPA. Among the results, it was found that pedagogy as initial training contributed to the performance in non-school contexts as an educator, in the planning of pedagogical activities, reflection of social groups and in the validation of children and adolescents rights.

Keywords: Pedagogy. Educational Practice. Street Social Educator

Introdução

Este artigo traz a proposta de uma pesquisa voltada para analisar o trabalho desenvolvido pelo Pedagogo como Educador Social de Rua na FUNPAPA e de como sua formação contribui para a prática educativa, assim como refletir sobre quais os desafios desses educadores no seu campo de atuação frente às problemáticas que surgem. A FUNPAPA é uma instituição que desenvolve no município de Belém, a Assistência Social Pública às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal, situação de violência de direitos, possibilitando aos atendidos o exercício da cidadania, através de diversos profissionais dentre estes o pedagogo.

Sobre essa realidade social vivenciada por crianças e adolescentes em situação de rua, pode-se perceber que tem aumentado cada vez mais, e se torna mais complexa por falta de políticas públicas eficientes que tragam soluções ou que amenizem essa problemática. Por isso é nesse contexto que se torna relevante a atuação do Pedagogo como educador social de rua, desenvolvendo um papel importante na orientação e redirecionamento dessas crianças e adolescentes para a construção de valores que contribuam para a cidadania e possibilitem uma nova perspectiva para esses indivíduos. O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram o aumento dessa população de risco social:

Entre 2009 e 2013, o número de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) aumentou 44,9%, passando de 5.499 em 4.032 municípios para 7.986 em 5.437 municípios. O Nordeste concentrou a maior proporção de municípios com presença de CRAS (99,5%), seguido pelas regiões Centro-Oeste (98,7%), Norte (97,6%), Sudeste (96,4%) e Sul (96,1%).

O interesse por essa temática surgiu através de leituras sobre a pedagogia de Paulo Freire (1967; 2005; 2010), que trouxeram contribuições relevantes para a prática da Pedagogia Social, com uma proposta de uma educação democrática através da participação livre e consciente dos educandos, na construção de saberes que sejam capazes de promover transformações para o sujeito através do diálogo, da afetividade, da criticidade, principalmente para a classe popular, colocando esses indivíduos numa perspectiva de mudança de sua realidade através da educação. Assim surgiu o interesse sobre a prática da educação para além da sala de aula, no alcance de sujeitos que podem estar fora do sistema educacional e que são fruto da desigualdade social como crianças e adolescentes em situação de rua. Para proporcionar a esses indivíduos uma perspectiva de mudança de sua

realidade através da educação, sobre as contribuições do educador Paulo Freire, Fernandes (2018, p. 70) diz que:

Nesse processo, é de se destacar Paulo Freire, que, em seu arco histórico, produziu um conjunto importante de categorias, tais como dialogicidade, conscientização, amorosidade, criticidade etc., que contém em si ideias força capazes de balizar e orientar os processos de uma pedagogia social, em seu trabalho cotidiano por uma educação emancipadora, democrática, cidadã.

Torna-se relevante conhecermos o trabalho realizado pelo pedagogo como educador social de rua e de como sua formação contribui para sua prática através de políticas públicas desenvolvidas na FUNPAPA por meios de ações e projetos voltados para crianças e adolescentes que estão nas ruas e em vulnerabilidade social na cidade de Belém.

Esta pesquisa tem como objetivo trazer discussões acerca das contribuições da formação inicial como pedagogo para atuar em ambientes não escolares, em questão na abordagem social como Educador Social de Rua na FUNPAPA, assim como traz reflexões sobre os desafios desses profissionais no cotidiano de trabalho. Este estudo se caracteriza por uma pesquisa com abordagem qualitativa por que não tem como objetivo principal buscar dados numéricos, mas acentuar situações cotidianas através da abordagem das relações sociais.

Para Godoy (1995) este tipo de pesquisa valoriza o ambiente, pois o considera a fonte principal onde serão coletados os dados, assim como o pesquisador que não está preocupado com resultados exatos ou produto, mas em descrever os fenômenos que está observando, não utilizando técnicas ou métodos estatísticos para analisar os dados. Para coleta de dados utilizou-se a observação participante Marconi e Lakatos (2003) e a entrevista semiestruturada Gil (2008) realizada com 05 pedagogos que atuam como educadores sociais de rua na FUNPAPA. O diário de campo foi um instrumento importante para o registro das informações sobre a observação feita no cotidiano das atividades desenvolvidas na pesquisa.

Através das observações à equipe de educadores sociais de rua foi possível conhecermos os 05 pedagogos que são educadores sociais de rua na FUNPAPA através dos CREAS, e que concordaram em participar da pesquisa através das entrevistas que foram realizadas de forma individual em dia e hora marcados de acordo com a disponibilidade dos sujeitos. Nesta pesquisa são identificados como Pedagogo 1, Pedagogo 2, Pedagogo 3,

Pedagogo 4 e Pedagogo 5. As entrevistas foram gravadas mediante a autorização dos sujeitos, para depois serem transcritas.

A pesquisa realizou-se no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), José Carlos Pacheco Dias situado em Icoaraci, que faz parte da rede de serviços da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), que é a responsável pelo planejamento e execução da Política de Assistência Social no município de Belém, e desenvolve o atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua através do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), tendo como sujeitos os pedagogos que atuam como educadores sociais de rua.

A análise dos dados foi realizada por meio da reflexão das falas e das observações do cotidiano desses educadores, dentre os resultados verificou-se que a pedagogia como formação inicial contribuiu para que atuassem em contextos não escolares como educador social de rua, no planejamento de atividades pedagógicas que auxiliem na reflexão de grupos sociais, adaptação de atividades para diferentes idades e situações, assim como na avaliação dessas atividades contribuindo na formação da cidadania desses sujeitos e na defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de trabalho Infantil.

Contribuições da Pedagogia para prática educativa como Educadores Sociais de Rua

A formação da Pedagogia no Brasil tem sido questionada em vários contextos históricos, por em alguns momentos ser reconhecida como Ciência, e em outros como uma arte o que contribuiu de forma negativa para a identidade da formação do profissional levando a questionar sua cientificidade e atuação do pedagogo nos ambientes onde pode desenvolver seu trabalho.

Franco (2008) discorre sobre a história da pedagogia como ciência da educação, trazendo uma breve abordagem histórica para uma compreensão da cientificidade e importância da pedagogia. Em sua pesquisa, a autora observou que quase todos os autores que eram estudiosos da pedagogia no Brasil a partir da instituição dos cursos que foi em 1939, consideravam a pedagogia como ciência da educação. Mas, pontua que ora a pedagogia era considerada como ciência da educação, ora como ciência e arte, mostrando que sempre houve indefinições sobre a identidade da pedagogia e sobre sua epistemologia.

A primeira regulamentação do curso de Pedagogia no Brasil aconteceu em 04 de abril de 1939, com o decreto Lei nº 1.190, projeto do então Ministro da Educação Gustavo

Capanema. O Brasil passava por um período chamado de Estado Novo, fundado pelo presidente Getúlio Vargas de 1937 a 1945. Segundo os estudos de Brzezinski (1996), esse decreto lei criou a Seção de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, que tinha por finalidades, dentre outras, a de preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal, denominados “técnicos em educação”, sendo este o primeiro marco legal do curso de Pedagogia no Brasil. Sobre essas mudanças na educação Aranha (2006, p. 307) diz que:

Nos termos da lei, a influência do movimento renovador se fez presente, estipulando o planejamento escolar, além de propor a previsão de recursos para implantar a reforma. Também foi dada atenção à estruturação da carreira docente, bem como condigna remuneração do professor.

Podemos observar que o curso de Pedagogia surge de forma fragmentada, o que podemos considerar que contribuiu para a dubiedade sobre a identidade do curso, pois visava a formação de bacharéis e licenciados para várias áreas no setor pedagógico. O bacharel tinha a duração de 3 (três) anos e era direcionado para cargos técnicos da educação, já para a formação do licenciado que atuava como docente, era acrescentado mais um ano da disciplina didática, sendo conhecido como o esquema 3+1. Assim, o curso de Pedagogia se firmava como um importante instrumento para a formação de docentes no país.

Na década de 1980 surgem novos debates acerca da formação do pedagogo, algumas universidades suprimiram as habilitações na grade curricular do curso, promovendo um currículo centrado na formação de professores voltados para a docência na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Assim, o curso de Pedagogia passa por várias reformulações e criação de documentos norteadores, que buscavam uma identidade para esse profissional e seu campo de atuação.

A década de 1990, sem dúvida no campo da educação trouxe mudanças significativas para a formação do pedagogo, principalmente com a criação e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, em dezembro de 1996. No que diz respeito à formação de professores, tem-se no art. 62 que “a formação de professores para a educação básica se realizará em nível superior, nos cursos de licenciatura plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino

fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. Sobre a diversidade de atuação do profissional da educação com a formação em graduação, o Art. 64 prevê que a:

Formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Libâneo (2002) considera que a pedagogia se caracteriza como uma ciência, cujo objeto de estudo é a educação, e por isso é responsável pelo estudo da educação em diversos espaços onde são previstos conhecimentos educativos e pedagógicos. Podemos dizer que, o trabalho do pedagogo é muito amplo e não se restringe apenas ao trabalho escolar, onde pode exercer a docência, apesar de muitas vezes esse profissional ser identificado apenas como docente, embora todo trabalho exercido por um pedagogo seja de cunho pedagógico.

As experiências do pedagogo na academia são diversificadas e sua formação lhe fornece subsídios para atuar em diferentes contextos sejam eles escolares ou não escolares. O que poderá determinar o sucesso desse profissional é seu compromisso com o trabalho desenvolvido, assim como a busca por uma construção de conhecimentos que deve ser permanente em sua prática pedagógica. Segundo Tardif (2003) o saber do pedagogo tem uma pluralidade, pois esse profissional em sua formação recebe uma diversidade de saberes que estão interrelacionados, de forma direta ou indireta.

Podemos considerar que a Pedagogia implica práticas educativas e pedagógicas amplas e diferenciadas que influenciam no processo de aprendizagem na vida dos sujeitos, assim como na construção da cidadania, num diálogo entre educador e educando. Compreender a Pedagogia como promotora de ações educativas emancipatórias requer o entendimento segundo Franco (2016, p. 538) de que “a grande diferença é a perspectiva de ser crítica e não normativa; de ser práxis e não treinamento; de ser dialética e não linear”.

É importante pensar a educação em seus processos formativos e entender as várias formas e manifestações educacionais que contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo independente de série ou idade. É compreender que a educação não está limitada somente a um espaço físico, mas que ela ocorre em todos os momentos de nossas vidas, em todos os espaços sendo esses escolares ou não escolares. Como vemos no art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas

instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Para Gadotti (2012) a pedagogia traz em seu bojo uma diversidade de práticas da educação, inclusive usa o termo “Pedagogias”, para o autor algumas de forma alienada, centralizadas apenas em interesses hegemônicos. Enquanto que outras se conduzem de forma emancipadora, e embora tenham conotações diferenciadas como educação popular, educação social e comunitária entre outras, para ele não há fragmentação, pelo contrário todas compartilham do campo democrático e popular alcançando os mesmos sujeitos. Partindo dessa premissa compreendemos que existem várias manifestações da educação na sociedade através da Pedagogia social.

O termo Pedagogia social foi introduzido recentemente na educação brasileira, ao fazermos o levantamento bibliográfico sobre material publicado, percebemos que sua estruturação ainda está em construção. Machado (2010) em sua pesquisa de dissertação realizou um mapeamento do surgimento e estruturação da Pedagogia Social no Brasil, a partir dos dados obtidos por meio de levantamento das produções científicas do I e II Congresso Internacional de Pedagogia Social (CIPS) realizados em São Paulo. Para Machado (2010) esses dois eventos marcam o início da estruturação e organização da Pedagogia Social no Brasil, pois, as publicações e discussões realizadas durante as atividades, mostraram-se vastas para a compreensão dessa ciência em construção.

A Pedagogia Social tem como base teórica a Educação Social para as práticas da educação em espaços não escolares. Da mesma forma que a Pedagogia Escolar, se fundamenta em uma Teoria Geral da Educação Escolar para o ensino na escola, a Pedagogia Social se serve da Teoria Geral da Educação Social buscando fomentar a relação entre educação e sociedade para a construção da cidadania, ambas são importantes e necessárias para a concepção de uma educação integral, ou seja, nos aspectos intelectual, afetivo e social. Assim, a área de trabalho da Pedagogia Social é a Educação Social, realizada pelo educador social, essa prática pedagógica se desenvolve por toda a vida, em diferentes espaços e relações individuais ou coletivas.

A partir das leituras de Graciani (2001), Machado (2010), Freire (1967) podemos elencar que no Brasil o precursor da Pedagogia social foi o educador Paulo Freire, embora ele não tenha usado esse termo, mas com as práticas de educação popular desenvolveu trabalhos

na área de educação de jovens e adultos (EJA), com uma concepção baseada na libertação desses sujeitos através de um ensino crítico da realidade que os envolve para promover a emancipação. Hoje essas ações educacionais ocorrem em espaços da comunidade através de instituições privadas ou públicas de forma voluntária ou não, valorizando as diferenças culturais e a luta de classes, considerando o ser humano como um sujeito social capaz tornar-se autor de sua história. Sobre o trabalho desenvolvido pelo educador Paulo Freire, Oliveira (2004, p. 88) declara que:

a Pedagogia de Freire surgiu como um exemplo de estonteante sucesso no início dos anos de 1960, quando seu trabalho no nordeste levava pessoas simples e analfabetas, em média em 40 dias, a ler e a escrever razoavelmente bem.

Para Neto e Oliveira (2017) a educação popular Freireana é um movimento educacional de mobilização e organização das classes populares para a construção de uma educação própria e inclusiva, com a valorização dos seus interesses sociais e culturais, na busca da libertação de uma educação dominante e elitista e da cultura dominante.

Dessa forma a educação popular como o próprio nome declara é um trabalho voltado para as classes populares na busca de inclusão dessas pessoas, na capacitação de conhecimentos que as torne capazes de entender seu lugar no mundo. Com metodologias e técnicas diferenciadas a educação popular busca a construção de saberes necessário através do diálogo e do reconhecimento do outro para a emancipação do homem para que este tenha novas perspectivas ao pensar no futuro, contrariando a concepção da educação tradicional, pois para Freire (2010, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento”.

A educação popular torna-se uma ferramenta relevante diante da realidade de indivíduos em situação de rua, e em nosso país não é algo recente sendo diversas as circunstâncias que levam as pessoas à situação de rua sendo a pobreza uma das principais causas. A rua revela uma dura realidade que retrata o dia a dia de muitas crianças pobres nas grandes cidades. Essas crianças são fruto da desigualdade social e estão espalhadas pelas ruas, praças, feiras, nos faróis vendendo balas ou limpando para-brisas de carros, ou ainda sendo exploradas sexualmente.

Uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a situação social do estado do Pará mostrou dentre os temas abordados que no ano de 2009 era 7,2% a população que vivia em extrema pobreza, sendo a taxa de mortalidade infantil de 23,1% (por mil nascidos vivos), a taxa de analfabetos (a partir dos 15 anos) era de

12,2% e de desempregados era de 8,4%, IPEA (2012). Todos esses dados são desafiadores para as políticas sociais.

Sobre as políticas sociais, em Belém a Fundação Papa João XXIII é uma instituição criada em 08 de maio de 1966 pela Lei 6.022, na gestão do Prefeito Stélio de Mendonça Maroja, sendo responsável pelo planejamento e execução da Política de Assistência Social no município de Belém tendo como objetivo de ações voltadas para o ajustamento social, como vemos nas seguintes finalidades:

- I - Estudar os problemas de desajustamento social do Município e os serviços assistenciais correspondentes;
- II- Orientar os serviços sociais privados e com eles cooperar;
- III - Planejar e executar serviços públicos de assistência social, para casos não atendidos ou insuficientemente atendidos pelas instituições privadas;
- IV - Coordenar as ações de seus próprios serviços sociais, com a dos Federais, Estaduais e com a de instituições privadas;
- V - Propor ao Poder Executivo medidas destinadas a assegurar o desenvolvimento de serviços assistenciais;
- VI - Elaborar anualmente seu orçamento, programa para o exercício seguinte, dispondo sobre a aplicação do Fundo Social de Belém, criado por esta lei;
- VII – Promover organização do corpo de voluntários para o Serviço Social, também criado por esta lei;
- VIII – Programar e executar outras tarefas relacionadas com suas finalidades.

Apesar de muitos anos de atuação no atendimento da população carente no município, com a promulgação das leis da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, os municípios brasileiros passaram a serem os responsáveis pelas Políticas de Assistência Social que antes eram administrados pelas esferas federais e estaduais, através de órgãos como a Legião Brasileira de Assistência e da Fundação Brasileira da Infância e da Juventude, então extintas. Assim na década de 1990 a FUNPAPA passou por mudanças em seu atendimento à população, assim como a implantação de serviços de atenção à criança e o adolescente como estava previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Sobre essas mudanças Neves (2004, p. 244) diz que:

Com a promulgação do Estatuto concluíam-se uma luta e iniciava-se outra, talvez ainda mais árdua, uma vez que era necessário a partir de então, mudar hábitos e implementar políticas públicas inéditas e de qualidade que viessem a garantir os direitos pautados na nova lei.

A formação do Pedagogo e a prática educativa como Educador Social de Rua

Dentre os Programas e Projetos desenvolvidos pela FUNPAPA, queremos destacar nesta pesquisa o trabalho de Educação Social de Rua, que está voltado para a abordagem social de crianças e adolescentes que estão morando ou trabalhando, ou ainda passam o dia nas ruas, tendo como objetivo o seu retorno ao convívio familiar e à escola, assim como o acesso aos serviços públicos.

Essa rede de serviços é desenvolvida por uma equipe multidisciplinar formada por educadores e profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e técnicos em desporto de lazer a partir do CREAS, que são unidades públicas da assistência social que atende pessoas em situação de risco social, podendo orientá-las e encaminhá-las para os serviços de assistência social disponíveis no município. Em Belém contamos com os CREAS Comércio, Ilka Brandão, Manoel Pignatário, José Carlos Dias e Marialva Casa Nova em Mosqueiro com suas respectivas áreas contextos de atendimento, podendo em algumas ações atuarem juntos, principalmente no combate e prevenção do Trabalho Infantil na cidade de Belém.

Dessa forma o pedagogo como educador social de rua experimenta em sua profissão diversas situações que a partir de percepção Freireana podem contribuir para seu crescimento pessoal e profissional. Nessa relação entre educador e educando há uma troca de conhecimentos riquíssimos para o diálogo, sempre na busca da construção de um ser inacabado, como afirma Freire (2010, p.136) “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação, como inconclusão em permanente movimento na História”.

A partir dos relatos dos educadores através das entrevistas, quando questionamos se a formação em Pedagogia tem contribuído para a prática como educador social de rua, perceberam-se respostas relevantes, como mostram as falas a seguir:

O que eu trouxe da minha vida acadêmica, é assim é refletido muito lá a questão do teu olhar a essa criança, a esse adolescente, quem é ele no mundo dele, como está o cotidiano dele. E eu penso mais ainda a gente traz isso para o nosso trabalho, por que a gente lida com situações bem complexas, com crianças que tem histórico bem pesado, bem difícil (Pedagogo 5).

Contribui no sentido de que muitas vezes numa abordagem você precisa para conseguir uma aproximação mais eficaz utilizar do lúdico, linguagem escolar, falar das disciplinas escolares, toda uma didática específica (Pedagogo 2).

Ainda sobre a contribuição da pedagogia na prática como educador social, observou-se durante o período da pesquisa que há um diferencial entre os pedagogos e os que não possuem uma formação na área da educação, sem menosprezar os outros profissionais. Na

abordagem social, por exemplo, ficou nítido nas observações o uso de uma didática peculiar da pedagogia, o olhar mais sensível sobre essas crianças e adolescentes, assim como uma linguagem adaptada para que se estabeleça um vínculo de confiança entre educador e educando. Sobre essa diferença os Pedagogos declararam:

Eu tenho colegas que trabalham comigo que não tem esse olhar que a gente consegue ter por várias questões (Pedagogo 4).

Assim é fato e notório que a pessoa que tem uma formação na área educacional, que tem uma formação de pedagogo ele consegue ter essa leitura um pouco mais apurada das situações, desenvolver atividades necessárias pra essas crianças, desenvolver oficinas de prevenção, trabalhos de prevenção, por que como educador social nós temos algumas atribuições (Pedagogo 3).

Para Coffferri e Nogaró (2010), a pedagogia não determina em qual espaço ou direção devem ocorrer os processos educativos, pois a educação não ocorre isoladamente podendo acontecer em outros espaços a partir das relações sociais. Para os autores o pedagogo possui em sua formação habilidades e saberes que vão muito além da docência, podendo atuar como educador social desenvolvendo práticas pedagógicas que contribuam para a formação humana e construção da cidadania.

É importante pontuarmos também que os pedagogos entrevistados que atuam como educadores destacam-se pela organização e planejamento fazendo uso quando necessário de práticas que trouxeram da Pedagogia em atividades pedagógicas, campanhas de prevenção junto à comunidade como declara os Pedagogos 1 e 3:

[...] E aí que vem o trabalho, o fazer pedagógico, porque você vai planejar uma atividade, você vai planejar uma metodologia de intervenção que para o adulto não é a mesma da criança. Você vai fazer um processo formativo anterior a isso com os educadores sociais, então tudo isso é um fazer pedagógico.

Normalmente quando a gente cria os trabalhos preventivos eu sempre sugiro oficinas, dinâmicas criativas com vivências então a gente escolhe espaços da comunidade pra que a gente vá até eles.

Sobre essa diversidade Franco (2016) fala sobre a Pedagogia e suas práticas que estão entrelaçadas com a vida e a existência humana através de processos. Segundo a autora acima a Pedagogia está presente nas culturas, nas subjetividades, sujeitos e práticas que podem estar presentes na escola ou além dela, de forma intencional e didática. Dessa

forma podemos considerar a Pedagogia em sua pluralidade para atuar em diferentes contextos da sociedade.

Já para a autora Graciani (2001), a Pedagogia Social de Rua possui características diferenciadas da Pedagogia Tradicional, pois o público atendido são crianças e adolescentes que estão em um processo degradante, devido o trabalho infantil, a exploração sexual, os vícios e a violência que sofrem no dia a dia. É necessária uma prática pedagógica que interrompa esse processo e inicie-se um processo de emancipação desses sujeitos, para que possam ter novas perspectivas e a construção de um projeto de vida.

A partir das falas abaixo podemos depreender que esses educadores tiveram pouco ou nenhuma experiência com disciplinas que os proporcionassem vivências para atuar em ambientes não escolares, o que nos leva a crer que de acordo com as entrevistas que, foi a partir de uma busca contínua e uma formação continuada que os auxiliou a ter êxito no trabalho que desenvolvem, além dos anos de prática.

Mas de fato não tive nenhuma disciplina para a educação popular, para a educação não formal toda a minha dedicação e meu desdobramento dentro dessa área de trabalho foi uma busca minha, pela experiência que eu já tinha antes de eu entrar na faculdade (Pedagogo 3)

[...] entretanto eu tive que buscar muitos elementos formativos e literários por conta própria. E aí eu fui descobri o que é a Pedagogia Social, qual o objeto de estudo da pedagogia social. E a partir daí começar a atrelar a minha prática a essa teoria ao que nós chamamos de práxis pedagógica (Pedagogo 1)

Sobre a práxis pedagógica o autor Gadotti (1995) fala de uma pedagogia da ação, para a transformação da realidade. Nesse sentido considera o homem como um ser inconcluso que está sempre em construção, que se transforma ao se relacionar com o mundo, fazendo sempre uma leitura crítica considerando a contradição para mudança de opiniões que resulta em uma dinâmica entre prática e teoria. Como declara Franco (2016, p. 545):

Quando um professor é formado de modo não reflexivo, não dialógico, desconhecendo os mecanismos e os movimentos da práxis, não saberá potencializar as circunstâncias que estão postas à prática. Ele desistirá e replicará fazeres. O sujeito professor precisa ser dialogante, crítico e reflexivo, bem como ter consciência das intencionalidades que presidem sua prática.

Dessa forma conclui-se que para que esses profissionais desenvolvessem um trabalho significativo como educadores sociais de rua na abordagem de crianças e adolescentes através de uma pedagogia libertadora, tornou-se necessário que eles buscassem

conhecimento que não receberam na graduação. Sobre essa busca de conhecimento Graciani (2001, p. 205) diz que:

É fundamental para o Educador Social de Rua buscar o aprofundamento do próprio referencial teórico atual, fazendo a leitura do mundo e dos textos, como diz Paulo Freire, adicionando informações, pesquisando novas produções científicas, confrontando as teorias de diferentes autores.

Como foi possível constatar nos falas dos entrevistados, o curso de Pedagogia como formação inicial desses educadores, apesar da ausência de disciplinas e experiências mais sistematizadas, contribuiu de alguma forma para que esses educadores atuassem em contextos não escolares. Principalmente na valorização da infância e da adolescência como fases de desenvolvimento e aprendizagem e construção de saberes para a cidadania. Como também no planejamento de atividades pedagógicas que auxiliem na reflexão de grupos sociais, adaptação de atividades para diferentes idades e situações, assim como na avaliação dessas atividades na busca de melhores resultados.

Compreendendo o papel do Educador social de Rua e refletindo sobre os desafios no cotidiano desse profissional

O trabalho desenvolvido pela FUNPAPA através dos Educadores Sociais de Rua que atuam nos CREAS já mencionados neste trabalho tem como princípio ativo o combate e prevenção ao trabalho infantil através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), a partir de abordagem social realizada a crianças e adolescentes que estão vulneráveis na busca de garantia de seus direitos. Este trabalho de abordagem social antes se realizava através do Projeto de Educação Social de Rua que depois da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), passou a ser executado de forma continuada com acompanhamento de ações na rede de serviços como Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS). O PETI por sua vez como programa promove ações preventivas na busca da erradicação do trabalho infantil através do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que começa com a abordagem social.

O Educador Social de Rua da FUNPAPA trabalha diariamente de segunda a sexta pela parte da manhã em equipes nas áreas contextos de acordo com a localização do CREAS. As observações foram realizadas no CREAS José Carlos Dias situado em Icoaraci que é um dos distritos da cidade de Belém, e que tem como áreas contextos os bairros da Pratinha, Conjunto Maguari, Tenoné, Paracuri, Feira da Campina e 08 de maio, Eduardo Angelim,

Outeiro, Cotijuba, Orla e Centro Comercial de Icoaraci. Nas segundas feiras é o dia em que os educadores atuam nas áreas mais distantes, dependendo da disponibilidade de transporte ofertado pela FUNPAPA à equipe, que os conduzem ao local e trazem de volta para o CREAS.

Os educadores possuem um formulário que pode ser usado ou não durante a abordagem social, dependendo da aceitação dos sujeitos, para não serem invasivos em muitos casos os educadores por já conhecerem a estrutura do formulário fazem as anotações em uma agenda por considerar mais discreto e não causar transtornos durante a conversa. Mensalmente são produzidos relatórios que constam os procedimentos e atendimentos feitos pela equipe, sendo enviados para o Serviço de Vigilância Sócio Assistencial (SEVISA) na FUNPAPA.

A abordagem social é um momento de aproximação entre educador e a criança ou adolescente que está em risco, é necessário que haja alguns procedimentos para que a abordagem seja bem sucedida. Pudemos observar que quando os educadores saem para as áreas contextos em primeiro lugar eles observam o ambiente em busca dessas crianças e adolescentes para identificar situações de trabalho infantil e violação de direitos. A partir dessa identificação eles aproximam-se para estabelecer uma conversa com a criança ou adolescente, buscando sempre uma metodologia para que consiga ganhar a confiabilidade desses sujeitos na busca de informações e dados sobre a família, escola, endereço, telefone para contato entre outros.

O CREAS disponibiliza uma diversidade de serviços além do atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil. Dentre esses serviços estão os encaminhamentos para inclusão no Cadastro Único (Cadúnico), que é um sistema que busca através de cadastro, coletar dados de todas as famílias de baixa renda do país para incluir aos serviços socioassistenciais e para as demais políticas: Saúde, Justiça, Educação. Para os adultos em situação de rua além de buscar fortalecer os vínculos familiares, auxiliam para que haja a possibilidade de saírem da situação que se encontram e pensar um novo projeto de vida o CREAS dá orientação e acompanhamento do processo de documentação civil básica assim como atendimento aos que estão em situação de drogadição.

O que percebemos durante as observações feitas nas abordagens sociais é que o trabalho infantil está diretamente ligado à questão da pobreza, mesmo a família recebendo alguma ajuda dos programas de distribuição de renda não é suficiente para suprir as

necessidades, o que leva essas crianças e adolescentes ao trabalho precoce para ajudar seus familiares.

Graciani (2001) fala sobre a pobreza extrema em que se encontram essas crianças e adolescentes, o que os leva a ir para as ruas para trabalhar e assim garantir a sobrevivência e muitas vezes ajudar a família. As condições de trabalho são precárias e muitas vezes ilícitas trazendo para esses indivíduos grande prejuízo, colocando-os em situação de exploração, e acabam passando por um processo de “adultização precoce”, bem como também por causa do trabalho prematuro não alcançam formação profissional e em muitos casos por não conseguirem acompanhar o desenvolvimento escolar esperado devido a situação de trabalho que se encontram, acabam abandonando a escola e interrompendo o sonho de um futuro de realizações.

Nesse sentido o trabalho realizado com crianças e adolescentes em situação de rua da FUNPAPA, torna-se relevante, pois visa promover o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social ao mesmo tempo procura assegurar a promoção e defesa dos seus direitos, buscando dessa forma, a construção de um novo projeto de vida que propicie o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, fazendo com que esses indivíduos possam ter a possibilidade de sair da rua, já que os mesmos fazem do espaço de rua seu local de sobrevivência, e muitas vezes de moradia.

Através das observações pudemos acompanhar algumas ações da FUNPAPA por meio dos educadores sociais de rua no combate ao trabalho infantil no período de comemoração do Círio de Nazaré em Belém, que é uma das maiores manifestações religiosas em devoção à Nossa Senhora de Nazaré que acontece anualmente no mês de outubro e tem duração de 15 dias, e reúne fiéis de todo o mundo. Durante o Círio, os educadores fizeram abordagens junto à população dos arredores do trapiche de Icoaraci, através da distribuição de folheto explicando sobre o que é o PETI e o trabalho infantil, assim como os prejuízos dessa prática. Em uma manhã ao chegarmos ao trapiche fomos recebidos por algumas pessoas com hostilidade por não compreenderem a importância do combate e prevenção ao trabalho infantil, mas os educadores mostraram-se firmes e preparados para lidar com essas situações.

Em contrapartida neste mesmo espaço onde os educadores sofreram resistência por parte de algumas pessoas, tivemos a oportunidade de conversar com outras pessoas que

aguardavam as embarcações no trapiche e mostraram-se interessadas em saber mais sobre o trabalho da FUNPAPA no combate ao trabalho infantil. Sobre essas atitudes contrárias ao trabalho do Educador Social de Rua Freire (1989, p.14) declara que:

Esta ação crítica, criativa e participativa do educador de rua, gera uma reação contrária da comunidade, ou cobrando respostas, resultados imediatos, ou desprezando este tipo de ação como inconsequente, ou se eximindo da responsabilidade que lhe cabe.

A ação realizou-se também junto à população aos arredores de praças e do Mercado Municipal de Icoaraci, assim como comerciantes e lojistas, através de panfletagem com informações sobre o PETI, com esclarecimentos de dúvidas sobre o que é o trabalho infantil, de como é prejudicial à infância e sobre a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Pudemos perceber que muitas pessoas ainda desconhecem o trabalho desenvolvido pela FUNPAPA através dos educadores sociais de rua e que muitas vezes o trabalho infantil já está naturalizado pela sociedade capitalista que valoriza o lucro, justificando que “é melhor esses adolescentes estarem trabalhando do que roubando”.

Dessa forma pudemos perceber durante as observações que existem muitos desafios enfrentados no cotidiano do educador social de rua, dentre eles pudemos destacar a luta pessoal na busca de ser um sujeito desconstruído de preconceitos e discriminação, solidário com a realidade que estão tendo contato, comprometido com as pessoas que estão sofrendo todo tipo de abuso e negação de direitos para que seu trabalho produza mudanças significativas na vida dos outros, para Graciani (2001, p. 207) “a Pedagogia Social de Rua não é apenas um processo lógico, intelectual. É também profundamente afetivo e social [...]”. Daí a importância de não se conformar com o cotidiano, mas sempre percebendo que podem fazer a diferença e contribuir para a transformação da realidade dos sujeitos.

Quando falamos de cotidiano nos remetemos àquilo que acontece diariamente, o que se tornou rotina em nosso dia-a-dia podendo ocorrer no trabalho, em casa, em vários aspectos de nossa vida. Sobre o cotidiano Guimarães (2002, p. 11) diz que “pois o próprio nome sugere que o cotidiano, palavra que vem do latim *cotidie* ou *cotidianus*, significa todos os dias, o diário, o dia-a-dia, o comum, o habitual”.

Podemos considerar que um dos desafios desses profissionais é superar o que é corriqueiro, para não se tornarem escravos desse cotidiano, no sentido de se acostumar e achar comum as situações que vivenciam no dia a dia, mas continuar vislumbrando

transformações pessoais para fazer o diferencial, principalmente quando se trata de um trabalho tão importante como o do educador social de rua que está no espaço da rua fazendo intervenções diárias na vida das pessoas. Sobre esse desafio de superar o cotidiano após 20 anos de atuação na FUNPAPA o Pedagogo 4 compartilhou:

Me perguntaram um dia desses, não sei como tu te acostumaste, eu falei eu não me acostumo, por que se eu me acostumassem eu não estaria mais. Eu sempre acredito que a gente pode ter um mundo melhor, a partir do momento que a gente se predispõe a fazer a nossa profissão de educador e realmente colocar em prática a gente não se acostuma, a gente na verdade está ali para tentar fazer um mundo melhor.

Quando questionados sobre os desafios do cotidiano frente às problemáticas que surgem, percebeu-se uma variedade de respostas que foram situações percebidas durante as observações feitas ao grupo, mas queremos pontuar aquelas mais citadas durante as entrevistas. Como por exemplo, a resistência da própria família e da população, principalmente comerciantes diante do enfrentamento ao Trabalho Infantil nas áreas, contextos onde os educadores atuam. Como declara o Pedagogo 1:

[...] o trabalho de abordagem é de convencimento mostrar possibilidades para que aquela criança não esteja na situação de trabalho infantil, mostrar para aquele adolescente que tem sim uma alternativa que é o trabalho protegido com seus direitos trabalhistas garantidos para ele sair dessa informalidade para ela não ter a questão do abandono escolar. Então esse processo de encaminhamento é o grande desafio, por que você tem que convencer a sociedade, convencer a família, convencer a criança, tem que convencer o adolescente.

Sobre esse desafio de convencer a sociedade sobre os direitos da criança e do adolescente ficaram claro nas observações que existe uma forte resistência por parte da população, principalmente comerciantes sobre o combate ao trabalho infantil, há lugares onde quando os educadores chegam o ambiente torna-se hostil, muitas pessoas vociferam que os educadores ao tirarem as crianças e os adolescentes do trabalho onde estariam “seguros”, acabam contribuindo para que estes estejam em práticas ilícitas, isso só revela o quanto necessitam conhecer mais e entender a importância sobre os direitos contidos no ECA que amparam esses sujeitos. Sobre essa negação dos direitos da criança e do adolescente Graciani (2001, p.14) declara que:

Temos leis que protegem a criança. O estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é completo. Mas trata-se ainda de uma legalidade não reclamável, de uma legalidade

A formação do Pedagogo e a prática educativa como Educador Social de Rua

sem garantias concretas no dia a dia. Este é um país que ainda não aceitou e muito menos incorporou este estatuto.

Infelizmente é comum, após a abordagem e agendamento no CREAS, muitas famílias não comparecerem e outras até evitam o contato com os educadores, talvez por medo pela criança ou adolescente se encontrarem em situação de rua devido o trabalho infantil, ou ainda por não acreditarem nas políticas públicas, o fato é que durante as observações percebemos algumas situações assim. Como vimos na fala acima convencer essas famílias que o trabalho infantil traz graves consequências ao desenvolvimento dessas crianças e adolescentes torna-se ainda um grande desafio, pois na maioria dos casos esses adultos passaram pela mesma situação na infância.

Outro desafio apontado foi sobre a deficiência do Estado em cumprir as medidas protetivas, assim como a realização de políticas públicas mais eficazes e o funcionamento da rede de serviços oferecida pelo município de Belém. Como vemos nas falas abaixo:

A meu ver o mais desafiador principalmente nesse momento atual é conseguir retaguarda para as famílias em extrema vulnerabilidade social (Pedagogo 2).

Porém o que eu vejo é assim, eu acho que o desafio maior é o estado não garantir o que a lei prevê que é a educação de qualidade, são programas de aprendizagem, então pra nós educadores sociais de rua é difícil a gente ir para a rua sem ter o que oferecer (Pedagogo 3).

Eu ainda acho que as pessoas e o poder público ainda não conseguiram ter esse olhar maior, na verdade houve uma imposição legal, mas o poder público no caso aqui é o município que é direcionado para a assistência ainda não conseguiu ou por que não quer ou por que é melhor que continue assim na verdade (Pedagogo 4).

Sobre a questão da deficiência do Estado citado acima, uma situação que acompanhamos nas observações foi a de um adolescente que após a abordagem e agendamento no CREAS, foi encaminhado para ser inserido no programa de aprendizagem como Jovem aprendiz que é amparado pela lei 10.097/2000 que afirma que empresas de grande e médio porte devem contratar jovens de 14 à 24 anos como aprendizes, para a qualificação profissional garantindo seus direitos e integridade. Mas infelizmente o rapaz ainda aguardava uma resposta e enquanto isso continuava trabalhando no Mercado Municipal de Icoaraci, isso mostra claramente sobre as falhas na rede de serviços, como falou o Pedagogo 5:

O desafio é depender de uma rede para conseguir atender essa criança e esse adolescente nas suas necessidades, as vezes conseguimos alguma coisa com

contato com um colega para fazer um encaminhamento. Tá eles tentam encaminhar as situações junto ao Conselho Tutelar, junto aos órgãos competentes, mas por essa rede fragilizada dificulta esse avanço. A gente vai para a abordagem copia um pouco do histórico, daí traz para o Creas e depois vai para a rede, e as vezes a gente se perde, na verdade a gente não tem esse retorno.

Os entrevistados também apontaram como desafio a necessidade de se buscar o conhecimento, através de uma formação continuada ou leituras atualizadas para que seja realizado um trabalho mais eficiente, principalmente no momento das abordagens os educadores devem ser firmes em suas falas no trabalho de sensibilização das famílias e da sociedade em geral sobre a importância do combate ao trabalho infantil, assim como a valorização dos direitos da criança e do adolescente. Como declararam os pedagogos:

[...] então tem que saber como a gente vai fazer para se aproximar para que a pessoa tenha o mínimo de segurança em você, então para isso você tem que ter um conhecimento, e esse conhecimento requer que você sente e estude (Pedagogo 4).

precisamos está buscando conhecimento, se atualizando no conhecimento, por que nós enquanto pedagogos, enquanto educadores sociais nós lidamos com seres humanos, e seres humanos são uma constante (Pedagogo 3).

Percebeu-se uma variedade de desafios vivenciados diariamente como declarou os entrevistados. Sobre essa diversidade de desafios que o educador social de rua enfrenta em seu cotidiano de luta pelos direitos da criança e adolescentes, a autora em sua experiência como educadora social de rua, Graciani (2001, p.202) afirma que:

Os desafios que encontramos na rua, para efetivar esse trabalho social são de várias naturezas: de um lado, são prenes de mudanças paradigmáticas, tanto em nível conceitual quanto em nível metodológico; de outro, o enfrentamento e a correlação de forças com atores sociais contraditórios, como policiais, receptadores e traficantes, sem dizer dos impactos educativos colocados pelos próprios meninos (as) de rua [...].

Esse educador deve criar uma relação de proximidade com os indivíduos, aproveitando essa relação para apoiar e potencializar o seu desenvolvimento, uma vez que grande parte da sociedade vê esses indivíduos como um problema e não acreditam no potencial que essas crianças e adolescentes tem para superar os desafios. Essa é a ação do educador social de rua, que reivindica, provoca e inquieta o conformismo da sociedade acerca da situação da criança e do adolescente em situação de rua. É um diálogo contínuo

entre ação, reflexão e ação para que possa compreender melhor a realidade e propor intervenção. Sobre a prática desse educador Freire (1989, p.13) diz que:

O importante é saber por quem estamos fazendo opção e aliança. É o oprimido e não o opressor. Estamos ao lado do menino, do explorado, do oprimido. Há uma identificação com os interesses das classes populares. É preciso ter cuidado para não invadir o mundo do menor, caso ele não queira ser abordado.

O educador social de rua é um profissional que utiliza ferramentas pedagógicas, para desenvolver um trabalho fundamentado na valorização do direito da criança e do adolescente, para trazer um novo direcionamento para os indivíduos ou grupos sociais que estão acompanhando. Seu trabalho é contínuo, pois, demanda de mais tempo para que haja um melhor resultado, sobretudo urgente no atendimento que vai muito além da transmissão de conhecimentos como muitas vezes é entendida a educação escolar.

A prática desses educadores que todos os dias estão nas ruas, conhecendo diversas histórias e realidades até mesmo impensáveis, se caracteriza como uma pedagogia urgente de ação educativa criada e recriada para atender crianças e adolescentes que estão nas ruas lutando pela sobrevivência, em busca de liberdade por ter sofrido abusos ou violência, muitas vezes com dificuldades para pensar em expectativas para o futuro.

Considerações finais

Através da realização deste trabalho tornou-se possível conhecermos um pouco sobre essas políticas de atendimento através do trabalho de pedagogos como Educadores Sociais de Rua desenvolvidas pela FUNPAPA na cidade de Belém que conta com uma equipe multidisciplinar onde atua também o pedagogo, e de como é feita a abordagem desses sujeitos que estão em situação de rua e os desafios desses profissionais.

O Educador Social de rua trabalha pela socialização e pela integração de crianças e adolescentes que se encontram em risco ou marginalização social na busca da socialização dessas crianças e adolescentes para uma vida mais digna. A partir de um trabalho de prevenção e enfrentamento no combate ao Trabalho Infantil através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), os educadores sociais de rua da FUNPAPA saem todos os dias de acordo com suas áreas de atuação para observar e identificar, fazendo as abordagens sociais às crianças e adolescentes em situação de rua por causa do trabalho precoce, na busca da validação de seus direitos para que esses sujeitos tenham uma perspectiva de um futuro melhor.

Conclui-se que o pedagogo que atua como educador social de rua na Funpapa está diante de um leque de situações que se abrem a partir das questões sociais, principalmente no atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua na validação de seus direitos que são garantidos por leis, mas que ainda precisam ser analisadas e conhecidas pela sociedade. E apesar dos desafios enfrentados diariamente, o trabalho realizado por esses educadores causa impactos positivos que muitas vezes não percebemos, por ainda estarmos presos ao cotidiano, e por vezes naturalizarmos o trabalho infantil levando a invisibilidade desses sujeitos que vivem excluídos e que necessitam de uma Pedagogia para a mudança.

Dessa forma nos espaços não escolares o pedagogo lida com contextos e situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações na sociedade. Diante das transformações sociais o pedagogo com suas experiências dentro e fora da escola tem um papel importante no sentido de articular escola e comunidade, assim como de contribuir para mudanças significativas nas inter-relações de trabalho, com a realização de projetos sociais para grupos em risco social, assim como a produção de recursos didáticos que podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, tudo isso a partir de seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória profissional.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo. Moderna, 2006.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional** - 5ª ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. **Lei nº 6.022, de 08 de maio de 1966**. Diário Oficial (do município), Belém, maio 1966.
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.
- COFFERRI, Fernanda Fátima. NOGARO, Arnaldo. **Competências do Pedagogo como Educador Social: promovendo o desenvolvimento psicossocial do ser humano**. Perspectiva Erechim. v.34, n.128, p. 7-21, dezembro/2010.
- FERNANDES, Claudio Domingos; MAIDA, Marco Aurélio Pinheiro. Pedagogia social e o conceito de inacabamento em Paulo Freire (p.63-78). **Revista de Ciências da Educação**, [S.l.],

p. 63-78, jun. 2018. ISSN 2317-6091. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/680>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Prática pedagógica e docência**: um olhar a partir da epistemologia do conceito. Rev. bras. Estud. Pedagog. (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Paulo Freire e educadores de rua**: uma abordagem crítica. Bogotá: UNICEF, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 42. Ed. São Paulo: Paz e terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez/IPF, 1995.

GADOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária**: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL: Domínio Epistemológico, 2012, vol. 18, n. 2; p. 10-32.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo. Atlas. 2008.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GUIMARÃES, Gleny T. D. O não-cotidiano do cotidiano. In: GUIMARÃES, Gleny T. D. org.; FERNANDES, Idília. (et al). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva-Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 30 de outubro de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social nos Estados (Pará)**. IPEA: Brasília, 2012.

LIBÂNEO, José C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de pedagogia. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 59-97.

MACHADO, Érico Ribas. **A Pedagogia Social no contexto brasileiro**: análises de possíveis aproximações ou distanciamentos das áreas de Educação Popular e dos Movimentos Sociais. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2010. São Paulo. **Anais eletrônicos**. Proceedings online... Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php>? Acesso em: 11 Out. 2019.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** – 5.ed.- São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, João Colares da Mota. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Contribuições da educação popular à pedagogia social**: por uma educação emancipatória na Amazônia. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 23-35, set./dez. 2017.

NEVES, Rosa Helena Nascimento. Et al. **A Reinvenção do Social**: Poder Popular e a Política de Assistência Social em Belém (1997-2004). Belém: Paka-Tatu, 2004.

OLIVEIRA, D. A. **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

TARDIF, M. **Saberes docente e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Sobre as autoras

Karla Cristina Soares Pinheiro

Graduada em Pedagogia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA)

E-mail: kristinafeliz@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9957-7058>

Márcia Cristina Lopes e Silva

Doutora em Educação (UFC), Professora do IFPA, campus Belém e líder do grupo de pesquisa: Formação de professores: saberes e práticas educativas na Amazônia paraense (GPFOP) E-mail marcia.lopes@ifpa.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4864-1256>

Recebido em: 02/05/2020

Aceito para publicação em: 04/05/